

AMAZÔNIA E MODERNIDADE: LEITURA DA INVASÃO, OCUPAÇÃO E INCORPORAÇÃO DA AMAZÔNIA NO MUNDO MODERNO

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior¹

Resumo: O artigo, a partir de autores como Bunker, Cardoso e Müller, Mendes e Sachs, recupera o processo de invasão, ocupação e incorporação da Amazônia ao território nacional brasileiro e ao mundo moderno. Referenciando-se também em Domingues, Eisenstadt e Wagner, faz a leitura de que este processo acontece em profunda articulação com os centros mais dinâmicos da modernidade e resulta numa encarnação específica da própria modernidade.

Palavras-chaves: Amazônia, modernidade, ofensivas modernizadoras.

Abstract: Based in authors like Bunker, Cardoso and Müller, Mendes and Sachs, this article recovers invasion, occupation and incorporation process of the Amazon to the Brazilian national territory as well to the modern world. Also based in Domingues, Eisenstadt, and Wagner, this article assume the reading of this process occurs in deep articulation with more dynamic modernity centres and result in the specific incarnation of the same modernity.

Key words: Amazon, modernity, modernizing offensives

Introdução

A Bacia do Rio Amazonas abriga a maior floresta tropical do mundo e atinge o território de nove países diferentes: Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Brasil (Revkin, 1990: 33). Cerca de 85% da Amazônia localiza-se no Brasil, correspondendo aproximadamente ao que é conhecido em termos ad-

¹ Professor Assistente de Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, mestre em Educação Escolar Brasileira pela Universidade Federal de Goiás e doutorando em Sociologia e Antropologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da

ministrativos como Amazônia Legal – “... região definida pelo Decreto Lei 5.173/66 e artigo 45 da Lei Complementar 31/77, que abrange a totalidade dos estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá, Mato Grosso e Tocantins e a parte oeste do estado do Maranhão” (ISA, 1999) –, numa área de aproximadamente cinco milhões de quilômetros quadrados, equivalente a 59% do território nacional. Com exceção do Maranhão e Mato Grosso, os demais estados compõem a Região Norte do país (Cf. Cardoso e Müller, 1977: 19 e <http://www.consivam.org/sivambr/amazonia/>).

São inúmeros os problemas e dilemas historicamente presentes na região amazônica²: destruição das florestas, poluição dos rios, inchaço urbano, degradação ambiental, ampliação da fronteira agrícola, conflitos pela posse da terra, corrupção entranhada nos vários âmbitos de poder público e privado, exploração da mão-de-obra, baixos níveis de qualidade de vida, desrespeito aos direitos humanos, sociais e políticos. Estes são temas permanentemente recorrentes em toda a Amazônia e assumem diferenciados contornos ao serem combinados com políticas ambientais e de desenvolvimento regional – às vezes complementares, às vezes contraditórias entre si – implementadas pelas várias instâncias do Estado, em aliança ou não com o capital privado, com apoio técnico e financeiro ou não de grandes agências internacionais de cooperação.

Em seus vários ciclos ou ondas, a ocupação e incorporação da Amazônia brasileira ao território nacional tem acontecido em profunda articulação com os centros mais dinâmicos de construção do mundo moderno, correspondendo a interesses neles gerados à medida que historicamente alimentou estes centros de matérias-primas necessárias para sua dinamicidade e recebeu dos mesmos as condições materiais e administrativas utilizadas para penetrar e incorporar áreas cada vez amplas da região. Desta forma, ao contrário do que faz supor grande parte das imagens construídas sobre a Amazônia, como *locus* do pré-moderno, do selvagem, do atraso ou do arcaico, este texto lê a região como parte integrante do mundo moderno. Esta leitura indica que a retomada da discussão sociológica sobre a modernidade e de seus conceitos correlatos pode ser

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Residente à Rua 24 nº 821 Ap. 802 Centro – 74 030-060 – Goiânia-GO. E-mail: horacioantunes@bol.com.br. Fone: (62) 229 36 74.

² Em acordo com Bourdieu, região é pensada neste texto como uma representação dependente de conhecimento e reconhecimento e, portanto, mais do que fruto das condições naturais características, é resultante de uma construção social (Cf. Bourdieu, 1998: 107-132).

um instigante instrumento para os esforços no sentido de entender os temas e dilemas amazônicos, na medida em que são vistos não somente como fenômenos exclusivamente locais, mas dependentes de uma brutal dialética entre o local e o global. Além disso, pode trazer à tona aspectos fundamentais e pouco estudados da própria modernidade, permitindo aprofundar sua discussão e, até mesmo, ampliar sua definição teórica.

Ofensivas modernizadoras e “modernidades”

A modernidade é pensada, aqui, como um “movimento societário” que, apesar de ter um primeiro centro gerador, atinge sociedades e regiões inteiras, interagindo com e alterando suas mais diferenciadas dimensões sem, contudo, deixar de sofrer as influências e alterações emanadas das mesmas. O movimento da modernidade é societário porque surge coletivamente e atinge amplas coletividades, não se restringindo a indivíduos ou grupos específicos e gerando o que se convencionou chamar de sociedades modernas. É movimento, em primeiro lugar, no sentido de ser dinâmico, de conformação pouca precisa, sujeito permanentemente a alterações. Num segundo sentido, é movimento em função de sua fluidez e expansibilidade, facilmente demonstrável numa rápida olhada para a história do planeta nos dois últimos séculos, nos quais seus valores, instituições, costumes atingem regiões cada vez mais distantes de seu centro gerador. Por fim, podemos definir a modernidade como movimento, também, em função do fato de que se há um primeiro centro gerador, o mesmo não está imune às inúmeras e variadas influências advindas das regiões atingidas posteriormente, sendo transformado conforme estas influências tornam-se mais ou menos expressivas.

Quanto à localização espaço-temporal do centro gerador da modernidade, mesmo considerando-se as dificuldades apresentadas na tarefa de tentar apreender um fenômeno tão dinâmico, chama-se atenção para as grandes transformações desencadeadas na Europa Ocidental nos séculos XV e XVI pelo Renascimento, pela Reforma Protestante, bem como, pelas influências advindas das grandes navegações ibéricas com a descoberta de “novos mundos” e a ampliação das possibilidades de desenvolvimento societário, devido às novas formas de comércio e de compreensão do mundo. Porém, é somente a partir dos séculos XVII e XVIII, através das revoluções inglesa e francesa, que são efetivamente

formados as instituições, o modo de vida, os valores, a cultura posteriormente considerados modernos e que se consolidarão no século XIX (Cf. Domingues, 1999: 154 e Wagner, 1994: x e xi).

A constituição e difusão da modernidade pode ser lida como resultante de processos autônomos, auto-gerados nos quais a presença de atores sociais não recebe destaque. Para ampliar a compreensão da modernidade, é fundamental discutir suas forças sociais propulsoras, resgatando o papel desempenhado por seus autores e atores. Na busca de repensar as concepções que lêem a modernidade como resultante de processos inevitáveis, necessários, autônomos e auto-impulsionados, como um destino inelutável, o conceito de *ofensivas modernizadoras*³, utilizado por Peter Wagner (Wagner, 1994) pode ser um importante instrumento.

Wagner procura pensar a modernidade como fruto da ação de grupos sociais cujas idéias motivadoras são estruturadas por significações imaginárias sociais⁴ ou, mais especificamente, por uma significação imaginária da modernidade, e que buscam, "... *with certain expectations in mind...*" (Wagner, 1994: 25), realizar um projeto de mudança social. Portanto, "... *'modernizations' are not self-propelled processes, but modernization offensives, pursued by certain groups of actors for reasons linked to the nature of the institutional changes they promote*" (Wagner, 1994: 30). Desta forma, é a ação destes grupos que, independentemente dos resultados alcançados, "*In spite of possibly lasting unintended effects that appear disconnected from modernizing intentions...*" (Wagner, 1994: 30), resulta em movimentos e mudanças sociais

³ A tradução da expressão inglesa "*modernization offensives*" por "*ofensivas modernizadoras*" é utilizada por José Maurício Domingues (Cf. Domingues, 1996: 179).

⁴ Para Castoriadis (autor em cuja obra Wagner busca este conceito e seu decorrente: significação imaginária da modernidade), as significações imaginárias sociais, no geral, "... *não têm um lugar de existência preciso... Elas só podem ser captadas de maneira derivada e oblíqua: como a separação ao mesmo tempo evidente e impossível de delimitar exatamente entre este primeiro termo: a vida e a organização efetiva de uma sociedade, e este outro termo igualmente impossível de definir: e sta vida e esta organização concebidas de maneira estritamente 'funcional-racional'; como uma 'deformação coerente' do sistema dos sujeitos, dos objetos e de suas relações; como a curvatura e específica a cada e espaço social; como o cimento invisível mantendo unido e ste imenso **bric-à-brac** de real, de racional e de simbólico que constitui toda sociedade e como o princípio que escolhe e informa as extremidades e os pedaços que aí serão admitidos*" (Castoriadis, 1982: 173)

de tal monta que desestruturam ordens institucionais tradicionais, criando novas instituições e novos arranjos institucionais.

A significação imaginária da modernidade que orienta e fornece bases comuns de justificação para a ação de grupos modernizadores “... se calca na idéia de ‘liberdade e autonomia’ que demanda, como complemento, a pulsão na direção de um ‘controle racional’ do mundo” (Domingues, 1996: 180). É isto que Wagner quer dizer quando afirma:

In modernity, notions like ‘interest’, ‘control’ and ‘means’ that link ideas of autonomy with ideas of mastery are crucial. Means that are developed and employed, by and for oneself or a self-defined collective, that is, autonomously, in the interest of knowing and controlling nature, social relations or oneself are almost self-justifying; mostly, it is very difficult to argue against them, under modern conditions (Wagner, 1994: 22).

Wagner percebe que o ideário que move os agentes modernizadores de mudança, desde seu início, é circunscrito a um número muito pequeno de pessoas, constituindo “... a small group in any given society, situated mostly in influential social locations” (Wagner, 1994: 20)⁵. Assim sendo, pode-se pensar estes grupos como “... modernizing elites, and of their project as **modernizing offensives**, in which they use their **power** to spread modernity into society” (Wagner, 1994: 20).

Considerando que as ofensivas modernizadoras, para se efetivarem devem promover novos conjuntos de regras para as práticas sociais, Wagner lembra que “The introduction of a new set of formal rules will regularly both be based on power and go along with changes in power relations. Most generally, one can see existing **power differentials** as a major moving force of ‘modernization’” (Wagner, 1994: 25).

É a percepção destes diferenciais de poder⁶ relativos a cada agrupamento social, que permite a Wagner fazer uma distinção entre dois tipos de ofensivas modernizadoras: “ofensivas modernizadoras

⁵ “In the beginning, this imaginary was propagated by elite intellectuals who found some support, partly for quite independent reasons, in society. ‘Modernity’, so to speak, had very few citizens by 1800, not many by 1900, and still today it is hardly the right word to characterize many current practices” (Wagner, 1994: 24).

⁶ “The power differential refers to the possibility of making people do and get things done, but it also includes differentials with regard to access to valid knowledge about the effects of rules, and access to the media of communication about rule-setting” (Wagner, 1994: 25).

vindas de cima” e “ofensivas modernizadoras vindas de baixo”. Identificadas com elites modernizadoras, *“Modernization offensives from above use the existing power differential to create enabling institutions, in which others will participate only later and often against the interests of the original promoters”* (Wagner, 1994: 25). Como condição para implementação das instituições e práticas econômicas modernas, a manipulação do diferencial de poder permite alterar o modo de vida de parcelas inteiras da população que, sendo deslocadas ou não de seus locais de origem, passarão por processos de desencaixe ou *“... processes through which people are ejected from identity-providing social contexts”* (Wagner, 1994: 55) e terão, de uma forma ou de outra, que resignificar suas identidades, promovendo situações mais ou menos ativas de reencaixe, nas quais *“... new contexts are created such that new social identities may be built”* (Wagner, 1994: 55)⁷.

Podem ocorrer reações daqueles que arcam com os efeitos das ações modernizadoras e/ou reivindicam partilhar dos resultados alcançados por estas iniciativas, tanto em relação às possibilidades de participação das decisões políticas quanto em relação ao acesso às mercadorias produzidas pelas novas práticas econômicas. Assim, conforme contextos específicos e condições históricas dadas, surgem *“Modernization offensives from below”* (Wagner, 1994: 25). Estas

are counter-moves to defend groups who are the objects of modernizations from above against the constraints and exclusions effected by those modernizations. They normally involve collective action, a mobilization of people who are made equal according to a new classification and subjected to new kinds of rules as such a classificatory group. The modernizing effects reside, then, in the acceptance of the new classification as a ‘post-traditional’ group, in the collective formation as a ‘conceptual community’ (Benedict Anderson) or ‘class for itself’ (Karl Marx) due to the mobilization, and ultimately in the full inclusion of represented group in the new social arrangement as the result of this action (Wagner, 1994: 25).

Desta forma, o reencaixe, quando acompanhado da construção de novas identidades voltadas para defesa dos interesse dos “de baixo”, encerra a possibilidade de alteração das relações de poder na sociedade,

⁷ A tradução das expressões inglesas “disembedding” por desencaixe e “reembedding” por reencaixe é utilizada por José Maurício Domingues (Cf. Domingues, 1999: 23 e 24)

ampliando o conteúdo e o alcance do projeto moderno, normalmente à contra-marcha dos interesses de seus promotores originais.

Uma compreensão mais ampla da modernidade, contudo, exige ainda que se relativize a tendência bastante usual entre os estudiosos de fazer sua identificação unilateral com o modo de vida do ocidente europeu, e se leve em conta outras sociedades espalhadas pelo planeta e que apresentam uma “... *great variability of the symbolic, ideological and institutional responses* ...” (Eisenstadt, 1987: 05) às imposições advindas daquele que é o núcleo original da modernidade. É o que faz José Maurício Domingues quando lembra que nos dias de hoje a “... *multifacetada e contraditória realidade mundial*” (Domingues, 1993: 280) está relacionada ao “... *caráter planetário da modernidade, cuja definição não pode ser restringida à Europa Ocidental. Plural, ela requer uma definição mais ampla e articulada à sua contraface - globalização -, a despeito de haver se originado do Ocidente*” (Domingues, 1996: 181), ou Eisenstadt quando constata “... *the great institutional variability of different modern and modernizing societies - not only among the transitional, but also among the more developed, even highly industrialized societies* ...” (Eisenstadt, 1987: 04). Desta forma, apesar de que

modernization or modernity has to be seen as one specific type of civilization which has originated in Europe and which has spread, in its economic, political and ideological aspects, all over the world, encompassing, especially after the Second World War, almost all of it (Eisenstadt, 1987: 05)⁸,

e de que ao fazê-lo, “... *challenged the symbolic and institutional premises of those societies that were incorporated into it* ...” (Eisenstadt, 1987: 05), todo este processo resulta em

... a great variety of modern or modernizing societies, sharing many common characteristics, but at the same time also evincing great differences among themselves. These differences crystallized out of a selective incorporation and hence also a recrystallization and transformation of the major symbolic premises and institutional formations of both the original ‘Western’, as well as of their own, civilizations (Eisenstadt, 1987: 05).

A nova civilização surgida na Europa espalhou-se pelo mundo “...

⁸ Mesmo que seja discutível o quanto cada aspecto da modernidade penetre os vários setores e camadas sociais de cada sociedade abarcada pelo mundo moderno (Wagner, 1994: 24), não se pode negar a difusão sempre ampliada das instituições modernas atingindo as mais distintas regiões.

much more in the nature of the encroachment of external forces on traditional societies and civilizations...” (Eisenstadt, 1987: 08). Porém, as respostas dadas às premissas desta civilização são as mais variadas e, ainda segundo Eisenstadt, ao invés de resultar na criação de um sistema internacional, direcionado por um único centro, teve como resultado a criação de “... a series of international systems, each based on some of the premises of this civilization, but at the same time creating tendencies to continuous change within them” (Eisenstadt, 1987: 08), além do surgimento de vários movimentos nacionais e internacionais, como “... very strong reactions against the problems generated by the international economic system ...” (Eisenstadt, 1987: 08). Uma perspectiva semelhante pode ser encontrada na discussão sobre globalização feita por Domingues, quando este afirma que “A diversidade cultural não superada, teve de se adaptar a um mercado mundial em unificação. Assim, um certo patamar de homogeneização se estabelece, a partir do qual, em contrapartida, as diferenças culturais se reproduzem e se recriam” (Domingues, 1996: 284). Desta forma, a criação de um mercado mundial bastante unificado, com regras muito difundidas e influência muito forte sobre os outros campos da vida social, não foi suficiente para garantir a implantação de um modelo único de modernidade. No entanto, seu alto grau de penetração provoca rearranjos institucionais e simbólicos de maior ou menor alcance, conforme a sociedade atingida.

Eisenstadt aponta como fatores básicos que determinam padrões diferenciados de interação e resposta à “invasão” modernizadora os seguintes itens:

... the basic premises of those civilizations and societies on which the new modern international systems impinged and the points of entry of these societies into these international systems; the types and modes of technology and of economy prevalent in these civilizations; the tradition of response to situations of change; and traditions of heterodoxy, rebellion and innovations that have developed in the history of these civilizations in particular (Eisenstadt, 1987: 10).

Este fatores, interrelacionados, geram a “... crystallization of the varying institutional and symbolic contours of modern and modernizing societies, their dynamics and the different patterns of economic development within them” (Eisenstadt, 1987: 10). Mais uma vez Domingues corrobora esta perspectiva quando afirma:

Não há por que pensar em uma cultura global que seja unificada ou que suprima particularidades civilizatórias, nacionais, regionais ou locais. Não

apenas interpenetrações e influências mútuas e contraditórias se afirmam, mas também culturas intersticiais se desenvolvem. Nessas condições, a dialética do universal e do particular assume um aspecto peculiar, extremamente dinâmico e mutável (Domingues, 1996: 284).

Esta perspectiva de leitura do mundo moderno permite pensar outras encarnações da modernidade que estão para além do quadrante norte-ocidental do mundo, sem considerá-las como necessariamente pré-modernas, tradicionais ou antiquadas. Como afirma Domingues,

Se o núcleo dinâmico do sistema se encontra no centro, a periferia tem continuamente tido de lidar com problemas específicos que, por vezes, antecipam mesmo ... questões apenas posteriormente colocadas para as sociedades centrais; ou mais comumente, ela se depara com problemas e segue linhas de desenvolvimento específicos e diferentes das do Ocidente (Domingues, 1993: 289).

Assim, respostas diferenciadas às invasões modernizadoras, partindo de pontos diferenciados de entrada no mundo moderno, têm gerado não a “modernidade”, como gostaria de crer, ainda hoje, grande parte da literatura sobre o assunto, mas uma série, se não ilimitada, bastante ampla de “modernidades”, cuja compreensão exige “... *deixar de lado o molde geocronológico, ‘ocidentocêntrico’, de modernidade*” (Domingues, 1993: 289).

Portanto, na busca de instrumentos teóricos para pensar o processo de incorporação da Amazônia às dinâmicas do mundo moderno, neste texto seleciona-se na discussão sociológica sobre a modernidade, tanto a noção de que, atualmente, não se pode falar em modernidade mas sim em “modernidades”, quanto os conceitos de “ofensivas modernizadoras”, seus corolários “ofensivas modernizadoras vindas de cima” e “ofensivas modernizadoras vindas de baixo”, além de “desencaixe” e “reencaixe”.

Amazônia e modernidade

Como resultante das grandes navegações ibéricas e das disputas posteriores entre os povos europeus pelo domínio dos territórios recém descobertos, já no século XVI existem registros da presença europeia na Amazônia através de expedições pelo Rio Amazonas e seus afluentes.

entes, buscando explorar e dominar a fascinante e amedrontadora floresta que se espriava por distâncias que pareciam não ter fim, e que alimentava sonhos de venturas e riquezas inumeráveis para quem conseguisse domá-la (Cf. Smith, 1990). Disputas pela posse do Norte da América do Sul marcam confrontos entre forças bélicas alemãs, inglesas, francesas, espanholas, holandesas e portuguesas, sendo que o controle da foz do Amazonas pelos portugueses garantiu-lhes as condições para regular, posteriormente, a penetração pelo Amazonas e seus principais afluentes (Cf. Bunker, 1988: 61).

Através do estabelecimento de uma seqüência de momentos diferenciados ou ciclos que tanto podem ser apresentados como períodos estanques ou como períodos que se interpenetram, se sobrepõem e/ou se complementam, um número expressivo de estudos históricos e sociológicos⁹ tem procurado compreender o processo crescente de penetração e ocupação européia da Amazônia, de inserção das atividades produtivas aí desenvolvidas no emergente mercado mundial, assim como de sua incorporação territorial às nacionalidades que, a partir dos movimentos de independência nacional do início do século XIX, foram se constituindo na região. Desde o início, este processo tem sido marcado pela extração de produtos naturais, de origem animal, vegetal ou mineral, prontos para o consumo e, posteriormente, também, como matéria-prima para a indústria (Cf. Bunker, 1988: 12), segundo interesses, necessidades e possibilidades delimitados, principalmente, a partir dos pólos mais dinâmicos de formação e desenvolvimento do mundo moderno, o que caracteriza situações claramente resultantes de iniciativas externas e estranhas a seus habitantes¹⁰ e à maioria daqueles que, como veremos adiante, foram deslocados para a Amazônia. Segundo Bunker,

⁹ A título de exemplo, podemos citar: Bunker, 1988; Cardoso e Müller, 1977; Mendes e Sachs, 1997; Souza, 1994; Tocantins, 1982.

¹⁰ Segundo Bunker, as margens dos rios amazônicos, antes da chegada dos europeus, era densamente povoada por povos que conseguiram estabelecer modos de produção harmonizados com a natureza, permitindo a renovação constante dos produtos naturais. Estas populações teriam sido, em grande parte, dizimadas por doenças estranhas trazidas pelos invasores, pela brutal exploração de sua força de trabalho e/ou como resultado de guerras de ocupação desenvolvidas contra elas (Cf. Bunker, 1988: 58-65), sendo que os remanescentes, que não conseguiram se isolar na floresta, foram submetidos aos posteriores desdobramentos da legislação brasileira referente aos povos indígenas.

The history of this penetration, from the sporadic and limited expeditions of exploration and attack by isolated groups of adventures, to the systematic conquest and attempts at control of the rivers by competing European armies, to the enslavement and transportation of Indians to work on plantations or in extractive expeditions, to the massive importation of indentured laborers to tap rubber trees, and to the expulsion of the descendants of these laborers by large companies interested in using the lands they occupy to cut lumber, raise cattle, or extract minerals, has been a response to the needs of changing productive and political relations outside of the Amazon and the opportunities for enrichment which they offered" (Bunker, 1988: 15).

Procurando constituir um panorama geral de como este processo aconteceu na área que hoje forma a Amazônia Brasileira, pode-se seguir pistas elaboradas por Cardoso e Müller ao referirem-se aos devassamentos da Floresta Amazônica (Cf. Cardoso e Müller, 1977: 17) e por Mendes e Sachs quando procuram identificar algumas “ondas” de inserção da Amazônia no Mundo (Cf. Mendes e Sachs, 1997: 133). Contudo, ao lado de devassamentos e “ondas” de inserção, insistiremos na utilidade de vocábulos como invasão, ocupação e incorporação para pensar o referido processo, na medida em que o mesmo, desde o século XVI até os dias atuais, acontece em uma área do planeta extremamente vasta, variada, misteriosa e cercada de expectativas de domínio e riquezas, por parte de membros das várias sociedades européias ou de origem européia (a brasileira inclusive) mas que, ao contrário do mito do vazio demográfico, sempre recorrente, trata-se de uma região em grande parte habitada por diferentes povos e culturas. Além disso, à medida em que os espaços amazônicos vão sendo devassados pelos não-amazônidas (e este processo ainda está em curso, com a utilização de tecnologias cada vez mais sofisticadas, como motosserras, tratores, aviões e satélites), sua incorporação territorial, econômica, humana às várias sociedades nacionais que os reivindicam, bem como à moderna economia internacional, torna-se cada vez mais inelutável.

Enquanto Cardoso e Müller estabelecem quatro devassamentos da Floresta Amazônica, apresentando-os de forma mais estanque quanto à sua delimitação temporal, Mendes e Sachs destacam o caráter sucessivo ou acumulativo das várias “ondas” de inserção, percebendo-as de forma mais dinâmica. Os dois pares de autores concordam que o primeiro devassamento ou primeira onda de inserção amazônica no mundo caracteriza-se pela busca das chamadas “... *drogas do sertão, utilizáveis na alimentação, condimentação, construção naval e na farmacopéia da Europa ociden-*

tal” (Cardoso e Müller, 1977: 17 e Cf. Mendes e Sachs, 1997: 133). Esta é uma fase em que a presença européia segue os cursos dos rios e a instalação de novos núcleos populacionais fica restrita às suas margens e na qual a disputa de espaços territoriais com os indígenas combina-se com as mais variadas formas de exploração de seus conhecimentos e força de trabalho (Cf. Bunker, 1988: 58-65).

O segundo devassamento, que corresponde ao primeiro movimento de penetração da terra firme¹¹ e à delimitação mais precisa das fronteiras territoriais amazônicas aproximadamente como encontram-se hoje, somente teria acontecido a partir da segunda metade do séc. XIX, quando a borracha produzida com o látex da *Hevea Brasiliensis* constituiu-se em matéria-prima fundamental para o desenvolvimento da indústria moderna que ocorria na Europa e EUA e passou a ser o principal produto econômico extraído e exportado da Amazônia, inaugurando o **ciclo da borracha** (Cf. Cardoso e Müller, 1977: 17), cujo período mais expressivo aconteceu entre as duas últimas décadas do séc. XIX e as duas primeiras do séc. XX. Neste período, foi instalada na região a empresa seringalista, que gerou grandes fortunas individuais e intensa ebulição econômica, cultural e social nos dois principais centros urbanos regionais: Manaus e Belém (Cf. Daou, 2000). Porém, a empresa seringalista era calcada na emigração estimulada de mão-de-obra nordestina, alimentando uma forma perversa de exploração com o estabelecimento de relações de trabalho compulsório, baseadas na dívida (Cf. Cardoso e Müller, 1977: 17 e 24-36). De forma mais genérica e inclusiva, Mendes e Sachs denominam este período de “onda das **matérias-primas industriais de origem vegetal: essências, resinas, cascas, látex...**” (Mendes e Sachs, 1997: 134), que foi “... o período de maior prosperidade aparente da região, de que resultaram alguns monumentos e traços culturais ainda hoje visíveis” (Mendes e Sachs, 1997: 134). Para estes autores – que não se preocupam em apresentar uma delimitação temporal mais estrita para cada uma das “ondas” de inserção – como continuidade à onda anterior, estaria havendo mais recentemente uma “... sub-onda mas agora de **matérias-primas minerais: ferro, manganês, alumínio, cobre, ouro e minerais nobres...**” (Mendes e Sachs, 1997: 134)

¹¹ Lembrando que a Floresta Amazônica não é um todo homogêneo e imutável, mas constitui-se de diversos tipos de floresta, Revkin faz uma primeira divisão entre: 1. várzea ou igapó (denominação recebida segundo o ponto da bacia onde se localiza), que é a parte da floresta inundada sazonalmente, totalizando apenas 2% da área total da Amazônia; e 2. terra firme, que constitui o resto da região (Cf. Revkin, 1990: 36)

As diferenças nas tentativas de compreensão do processo de ocupação da Amazônia Brasileira de Cardoso e Müller e de Mendes e Sachs ficam mais evidentes quando buscam estabelecer o terceiro momento deste processo. Para os primeiros, que centram sua análise na produção econômica e na seqüência histórica, o terceiro devassamento da floresta seguiu-se à decadência da atividade seringalista, decorrente da concorrência em grande escala dos seringais de cultivo promovidos pelos ingleses na Ásia, e ocorreu a partir dos anos 20/30 do século XX, quando

... tem início a invasão das **frentes pioneiras agropecuárias e mineral**, que penetram através dos enorme vãos das organizações extrativas de látex e de castanha. Ao lado dos empregados semi-escravizados dessas organizações aparecem sitiantes, fazendeiros, novos empregados e garimpeiros (Cardoso e Müller, 1977: 17-18).

Incluído neste período, Cardoso e Müller destacam um novo e breve surto da borracha, financiado pelos EUA, em função do domínio japonês sobre os seringais de cultivo asiáticos, durante a II Grande Guerra. Este surto ficou conhecido como a “Batalha da Borracha” e tinha por objetivo fornecer matéria-prima para os países aliados, que se viram privados de sua principal fonte de fornecimento. Novamente milhares de trabalhadores nordestinos, mas também de outras áreas do país, foram deslocados para a Amazônia, agora sob a alcunha de “soldados da borracha”. Apesar do oficialmente anunciado estabelecimento de relações de trabalho mais “modernas” nos seringais, através do “contrato padrão”, resultante do acordo com os EUA para garantir a intensificação da produção de borracha, as velhas formas de trabalho compulsório, na prática, são mantidas e as vantagens econômicas do reaquecimento da produção, de novo, apropriadas pelas elites locais. Porém, deve-se ressaltar que, investidos do *status* de “soldados da borracha”, trazendo experiências sindicais e de resistência de outras regiões e obtendo o mínimo de amparo legal (mesmo que de difícil acesso devido à debilidade das agências estatais que deveriam garanti-lo e de sua manipulação pelas elites locais), a partir deste período os conflitos entre seringueiros e seringalistas passam a ser cada vez mais freqüentes, mesmo que ainda isolados e sem uma articulação mais orgânica entre os seringueiros (Cf. Paula, 1991: 45-55).

Este surto de recuperação da produção de borracha tem sua duração restrita ao período da guerra pois, ao seu final, o fornecimento da

borracha asiática de cultivo é retomado e a concorrência desvantajosa restabelecida. Além disso, a extração do látex natural do Amazonas passa a ser ainda mais comprometida pela intensificação da produção internacional de borracha artificial em grande escala, a partir da década de 1950 (Cf. Cardoso e Müller, 1977: 39-42). Com a nova queda da produção de borracha, a castanha passa ter uma posição cada vez mais relevante na economia regional, ao lado da produção para subsistência, da pimentado-reino, da juta e da mineração (Cf. Cardoso e Müller, 1977: 42-51) e frentes pioneiras são bastante intensificadas no início dos anos 60, com a construção da Rodovia Belém-Brasília e através de caminhos naturais do Mato Grosso, para Rondônia, Acre e sudoeste do Amazonas (Cf. Cardoso e Müller, 1977: 18 e 36-38).

Mendes e Sachs, de forma diferenciada, concebem uma terceira “onda”, a partir de uma preocupação de caráter mais demográfico do que econômico, além de vê-la como sendo concomitante à segunda e não como um momento historicamente distinto. Nas palavras dos autores *“Montando nessa segunda onda, uma terceira apontava para imensidão da hüléia e acusava um espaço vital sonogado à solução de problemas de excedentes populacionais em outras latitudes”* (Mendes e Sachs, 1997: 134). Estariam em jogo, aqui, os deslocamentos populacionais, desde o século XIX, para atender às necessidades de mão-de-obra para cada período de intensificação de atividades produtivas na região, aliados à concepção segundo a qual a Amazônia é um enorme vazio demográfico a ser ocupado. Nesta onda, pode-se destacar o intenso deslocamento de trabalhadores para alimentar a empresa seringalista emergente do final do século XIX e início do século XX, ou na “batalha da borracha” da II Grande Guerra. Porém, ganha novo impulso com as políticas contidas no Programa de Integração Nacional – PIN –, patrocinado pelos governos militares a partir da segunda metade da década de 1960, caracterizado pela abertura de grandes eixos rodoviários, que constituir-se-ão em vias de penetração de migrantes de todo o país (Cf. Mendes e Sachs, 1997: 134).

Neste período, marcado pelas políticas de integração nacional que se seguem ao golpe militar de 1964, Cardoso e Müller identificaram uma intensificação das frentes pioneiras. Estas inauguraram o quarto devassamento da Amazônia, caracterizado por tentativas governamentais de colonização, vultosos investimentos em infra-estrutura e incentivos fiscais e outras facilidades para instalação do grande capital privado, nacional ou estrangeiro, na região (Cf. Cardoso e Müller, 1977: Ianni, 1979).

Diferentemente, Mendes e Sachs afirmam que *“Atropelando as ondas anteriores, nas últimas décadas começaram a ser feitas invocações ideológicas da Amazônia”* (Mendes e Sachs, 1997: 135), referindo-se às discussões relativas à soberania nacional na definição dos rumos a serem dados à região, bem como, às questões e discussões de cunho ecológico/ambiental, resultantes da constatação da finitude dos potenciais amazônicos e das conseqüências nefastas das políticas de aproveitamento destes potenciais até aqui desenvolvidas.

Num exercício de cotejamento entre as leituras sobre a modernidade e o panorama geral da ocupação da Amazônia Brasileira, aqui apresentados, alguns aspectos merecem destaque. Em primeiro lugar, o fato de que a chegada dos europeus à Amazônia no século XIV possa ser facilmente assimilado à emergência de um mercado mundial, calcado em relações mercantilistas que constituir-se-ão em condição elementar para a afirmação do capitalismo moderno, cria a possibilidade de afirmar-se que, desde o início de sua incorporação, a região amazônica esteve articulada aos centros de gestação das condições de formação da modernidade.

Em segundo lugar, como as populações locais, em sua grande maioria, foram sendo destruídas ou assimiladas, as linhas gerais do desenvolvimento societário amazônico são definidas, em grande medida, nos centros capitalistas mais dinâmicos (Cf. Cardoso e Müller, 1977: 11), o que se tornou ainda mais evidente a partir da descoberta do papel chave da borracha natural na industrialização nascente. A partir da ampliação da exploração comercial da seringa nativa, o contingente de pessoas deslocado, principalmente do Nordeste Brasileiro, para a Amazônia cresce permanentemente. Segundo Cardoso e Müller, *“A relação entre acréscimos periódicos de população amazônica e a participação da produção brasileira de borracha na produção mundial parece ser um fato insofismável”* (Cardoso e Müller, 1977: 28), já que em 1870, marco da consolidação da exploração da borracha, *“... a Amazônia contava com uma população pouco superior a 300 mil habitantes e, 50 anos depois, avultava a mais de 1400 mil”* (Cardoso e Müller, 1977: 27). Este ritmo de crescimento populacional somente sofrerá uma desaceleração após a produção brasileira de borracha atingir seu o ponto máximo em 1912 e iniciar o processo de decadência da empresa seringa-lista em função da concorrência implementada pela produção asiática, patrocinada a partir de interesses ingleses (Cf. Cardoso e Müller, 1977: 28 e 29), sendo retomado posteriormente como resultado das políticas

integracionistas dos governos militares posteriores a 1964. Aqui pode-se perceber que gigantescos processos de “desencaixe” atingem, principalmente, trabalhadores rurais nordestinos. Estes trabalhadores passam a conviver com ambientes naturais e sociais completamente diferentes daqueles dos quais originaram-se. “Reencaixes” tornam-se necessários tanto para garantir a própria sobrevivência em ambiente hostil quanto para a produção almejada de borracha. Assim, suas identidades devem ser resignificadas e de trabalhadores rurais nordestinos vão tornando-se em seringueiros amazônidas¹².

Se é verdade que a maior parte da população levada para a Amazônia em função da empresa seringalista foi submetida a relações de trabalho e sociais que, organizadas sob o sistema de “aviamento”, muito dificilmente poderiam ser associadas às idéias de autonomia e liberdade presentes na significação imaginária da modernidade que orientava e justificava a ação dos grupos modernizadores europeus (Cf. Domingues, 1996: 180), por outro lado, também é verdade que todo este esforço corresponde à “... *pulsão na direção de um ‘controle racional’ do mundo*” (Domingues, 1996: 180), que também compõe esta significação. Desta forma, o monumental deslocamento de grandes quantidades de trabalhadores em tão curto espaço de tempo e em condições tão adversas quanto aquelas dominantes na realidade amazônica; as conquistas de novos territórios com a expulsão, assimilação ou eliminação da população local; o transporte dos equipamentos e mercadorias necessários para implantação e funcionamento da empresa seringalista e para garantir condições de sobrevivência para aqueles nela envolvidos, bem como o fluxo contínuo da produção dos seringais até as modernas indústrias européias e norte-americanas, somente foi possível graças à mobilização de modernos recursos tecnológicos e administrativos dentre os mais avançados da época como, por exemplo, os meios de navegação fluvial e marítimo mais modernos de então; a utilização de alimentos enlatados, remédios industrializados e equipamentos bélicos avançados; relações financeiras e comerciais internacionais implantadas segundo os princípios mais modernos de administração. Enfim, pode-se afirmar que somente em função das necessidades do mundo moderno e das condições tecnológicas e administrativas, geradas por este mesmo mundo, é que foi possível a implantação de empreendimentos tão vultosos quanto à

¹² Um interessante estudo sobre o processo de resignificação das identidades realizadas no mundo dos seringais pode ser encontrado em Esteves, 1999.

empresa seringalista amazônica¹³. Se, posteriormente, o eixo da produção de borracha natural deslocou-se para sudeste asiático e a falência do modelo de exploração da seringa na Amazônia mostrou-se inevitável, é também na lógica do mundo moderno que encontramos as razões para tal deslocamento.

É numa relação tensa entre recursos técnicos e administrativos avançados e formas arcaicas de produção que vai-se conformando um arranjo societário na Amazônia que não se pode denominar de tradicional, pois é sem precedentes e construído em cima da destruição e/ou assimilação e/ou submissão das culturas e povos anteriores, além de estar calcada numa atividade comercial intensa e centrada em expressivos centros urbanos, como Manaus e Belém, profundamente articulados comercial e culturalmente com o pólo mais moderno do mundo (Cf. Bunker, 1988: 65-75; Cardoso e Müller, 1977: 31-32; Daou, 2000). Desta forma, se não é o modo de vida europeu da época o que se instala na região, não deixa de ser uma mescla na qual destruição, assimilação, submissão significam também influência, conformando uma outra encarnação da modernidade ou uma outra modernidade (Cf. Einsenstadt, 1987: 10).

Ainda uma palavra é necessário ser dita quanto às relações de produção que são estabelecidas para garantir a extração do látex. O sistema de aviamento em sua ponta ligada à produção direta, produz um tipo semi-servil de exploração do trabalho baseado na dívida. Como o trabalho assalariado tem sido caracterizado como a expressão moderna, por excelência, da organização produtiva, poder-se-ia supor que a simples existência do aviamento na empresa seringalista a excluiria do rol das atividades econômicas modernas. No entanto, um número crescente de estudos tem sido divulgado demonstrando que, ao contrário do que diz o imaginário justificador da modernidade, no seu bojo o trabalho compulsório não foi eliminado, mas renova-se cotidianamente, revelando-se uma dimensão permanente do mundo moderno. Isto pode ser exemplificado pelas novas formas de trabalho escravo na Amazônia contemporânea patrocinadas por grandes e modernas empresas multinacionais (Cf. Esterici, 1994; Martins, 1994; Figueira, 1997) ou pelas mais recentes ondas de exploração compulsória do trabalho de imi-

¹³ Esta percepção é inspirada na análise que Bauman faz das condições materiais e administrativas criadas pela modernidade para a emergência do holocausto (Cf. Bauman, 1998)

grantes na Europa contemporânea, que vem sendo amplamente divulgadas pela imprensa mundial (Cf. Alencastro, 2000), que demonstram que, mesmo menosprezadas ou ocultadas no discurso laudatário da modernidade, continuam presentes até mesmo nos centro geradores da modernidade.

Para tornar mais clara a relação entre Amazônia e modernidade, faz-se necessário também um aprofundamento maior sobre as políticas para a região amazônica desenvolvidas pelos governos militares resultantes do Golpe de 1964, políticas elaboradas a partir de um discurso justificador claramente modernizante. Os governos militares que se instalaram após o Golpe de 1964 deflagraram uma série de iniciativas voltadas para a região amazônica que apresentavam como principal objetivo sua integração ao desenvolvimento econômico do país (Cf. Bandeira, 1975; Bunker, 1988; Cardoso e Müller, 1977; Ianni, 1979, dentre outros). Estas iniciativas fundamentam-se em um discurso modernizador, estando imbuídas do que Marshall Berman chama de espírito faústico, que inspira a ação grandiosa de confronto com a natureza resistente, entendida como entrave à plena realização humana e objeto de controle e sujeição (Cf. Berman, 1986: 71-84) ou, ainda, da “... *pulsão na direção de um 'controle racional' do mundo*” (Domingues, 1996: 180) típica da significação imaginária da modernidade que então, em sua perspectiva autoritária, passa a encontrar seus principais agentes no aparelho do Estado brasileiro, mesmo que sintonizados, articulados ou submetidos aos interesses do grande capital nacional e internacional. Investimentos estatais, de grande monta, são destinados à ocupação e exploração da região, mais uma vez apresentada como sendo um gigantesco vazio demográfico (Cf. Cardoso e Müller, 1977: 10).

A floresta amazônica continua a ser tratada, tanto pelos planejadores governamentais quanto pelas grandes empresas nacionais e multinacionais, como a última fronteira de expansão brasileira a ser desbravada, como um imenso território selvagem, despovoado, rico, com grandes potencialidades econômicas, a ser ocupado, dominado e transformado em produtor de riquezas e fornecedor de matéria prima e alimentos para a rápida implementação do parque industrial, principalmente na Região Sudeste do país, e de recursos para solucionar o problema do balanço de pagamentos resultante deste processo (Cf. Bunker, 1988: 16 e 17). Contestando esta visão, Bunker adverte que

The notion of frontier must be carefully qualified when it is used in the Amazon... First, the concept may imply an eventual incorporation of the frontier within the dominant society. I believe that the past and present dynamics of Amazonian extractive systems make this outcome highly unlikely. Second, the notion of frontier may imply the expansion of one system in empty space, when in fact what is described as frontier expansion in the Amazon frequently involves the conflict between two different economic and institutional systems. Finally, the idea of frontier implies linear and progressive expansion. The extractive bases of capitalist expansion into the Amazon is anything but linear; rather, it follows the location of resources for which there is a market (Bunker, 1988: 99).

Contudo, visando ocupar e integrar a Amazônia ao desenvolvimento nacional, o regime militar implementou uma série de medidas como a execução de obras de infra-estrutura (estradas, hidrelétricas), a promoção e incentivo de deslocamento de trabalhadores rurais para projetos de colonização e, principalmente, a implementação de incentivos fiscais para instalação de grandes projetos privados voltados para agropecuária, mineração ou atividade madeireira, sendo que, grande parte dos mesmos resultou em um processo violento de especulação imobiliária.

Este novo fluxo de ocupação econômica, social e demográfica diferencia-se fortemente dos anteriores, pois implica em políticas de interferências muito mais agudas no meio-ambiente e criação de relações sociais que rompem com as consagradas anteriormente, bem como de interrelação diferenciada com os centros econômicos que até então somente consideravam a Amazônia em termos de fornecimento de alguma matéria prima natural específica e com modelos de exploração que implicavam, via de regra, em relativa preservação ambiental. Segundo Bunker,

'Frontier' expansion into the Amazon has recently provoked widespread concern that large-scale capitalist enterprises such as ranching, lumbering, and mining will irreparably destroy the complex and interdependent floral and faunal systems that have coevolved on the fragile soils and in the rivers of the world's largest tropical forest (Bunker, 1988: 12).

Desde que se evidenciou que a irreversibilidade da crise da produção de borracha natural na Amazônia, com a falência das iniciativas correspondentes à "Batalha da Borracha" em função no final da II Grande Guerra, da retomada da produção asiática e do crescimento da produção

de borracha artificial a partir do petróleo, o problema da inserção econômica da Amazônia sempre esteve presente nas preocupações governamentais brasileiras. Já na Constituição Federal de 1946, foi incluído um artigo que previa a elaboração do Plano de Valorização Econômica da Amazônia que somente foi aprovado em 1953, quando foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA – “... com a finalidade de diagnosticar a problemática econômica e social da região, propor soluções e administrar sua execução” (Ianni, 1979: 36 e 37; Cf. Cardoso e Müller, 1977: 110 e 111), o que não significou grande alteração da realidade local.

No entanto, na perspectiva da abertura de fronteiras e antecipando as iniciativas que tomaram corpo com os governos militares, “*Grosso modo pode-se dizer que o primeiro projeto de impacto no que diz respeito à penetração na selva amazônica foi a Belém-Brasília*” (Cardoso e Müller, 1977: 167), rodovia aberta entre os anos 1956 e 1960, durante o Governo Kubitschek, que tangenciava a floresta em sua porção oriental e permitia a intensificação de frentes pioneiras “... de origem rural para as terras indígenas e devolutas no sul do Pará” (Ianni, 1979: 11). Iniciativas estatais como estas tornam-se possíveis porque

Since 1950 ... exchanges between the Amazon and international markets have increasingly been mediated by the Brazilian state. As the Brazilian economy became more highly capitalized, more autocratic, and more industrial, the Brazilian state availed itself of technologies developed within the world industrial center. It enhanced its own transport, communication, and administrative capacities and became able to extend these capacities toward its own frontiers (Bunker, 1988: 77).

Porém, é somente com o golpe militar de 1964, que políticas de ocupação da Amazônia passam a resultar de um efetivo planejamento de orientação modernizadora, levando à criação de agências estatais encarregadas de sua implementação. Segundo Bunker, é a partir deste período que o Estado brasileiro efetiva sua ampliação da capacidade de intervenção em todo o território nacional. Contudo,

The state's enhanced power and size depended on its varied alliances with powerful national and international business interests. These alliances engendered an administrative apparatus comprised of multiple, functionally specific agencies geared to the requirements of a modern capitalist industrial state and economy

and to developing the commercial agriculture necessary to an expanding urban population (Bunker, 1988: 81).

O primeiro marco para as iniciativas governamentais dos governos militares na região pode ser encontrado na “Operação Amazônia”, proposta em 1966, ainda no governo Castelo Branco, com a “... *intenção tanto de criar instrumentos de política e órgãos executores que armassem o Estado dos elementos para coordenar a ocupação e valorização da área, quanto se buscam ativar a participação de capitais privados no empreendimento, através de auxílios generosos*” (Cardoso e Müller, 1977: 153). No âmbito da Operação Amazônia encontramos a criação de agências governamentais que, sob inspiração modernizadora, se encarregaram de formular e implementar as políticas governamentais destinadas a garantir a incorporação regional no modelo de desenvolvimento que estava sendo implantado no país. Dentre estas agências, neste período, assumem papel de destaque a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM – que absorveu totalmente e redefiniu os objetivos da SPVEA e o Banco da Amazônia S. A. – BASA – que “... *passam a ser os principais órgãos do governo federal para a formulação de diagnósticos e adoção de medidas econômicas para o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia*” (Ianni, 1979: 37; Cf. Bunker, 1988: 84 e 85; Cardoso e Müller, 1977: 115). Estas agências foram encarregadas de desenvolver políticas de incentivos e subsídios fiscais que levaram à instalação na região de grandes grupos multinacionais e nacionais que, principalmente na forma de empresas agropecuárias, tornaram-se as maiores beneficiárias destes incentivos e apropriaram-se de descomunais extensões de terra (Cf. Cardoso e Müller, 1977: 162; Bandeira, 1975: 51 e 52). Segundo Hagemann, desde o início da década de 1970

... a Amazônia atraía inúmeras empresas brasileiras e internacionais que desejavam adquirir propriedades a preços baixos; fazer especulações rentáveis; utilizar subvenções do Estado ou conquistar partes do mercado e vantagens competitivas. Entre os atores, nem sempre sérios, estavam – além de várias empresas brasileiras e firmas fantasmas – algumas empresas estrangeiras como a Volkswagen, a Liquigas, a Nixdorf e até o Banco do Vaticano. O Banco Mundial também estava presente em vários casos, concedendo empréstimos ou como investidor (Hagemann, 1996: 61).

A ocupação destas grandes extensões de terra, no entanto, deparava-se com dois problemas fundamentais. De um lado, implicava na pe-

netração numa faixa da Amazônia até então muito pouco explorada, pois a ocupação amazônica encontrava-se praticamente circunscrita às áreas de “várzeas”, nas margens dos rios, que eram seus caminhos naturais, deixando a “terra firme” muito pouco devassada (Cf. Bunker, 1988: 75). De outro, encontrava uma região na qual as formas anteriores de extração de riquezas, o pequeno valor comercial da terra e a fraca presença do aparato de Estado fizeram com que os limites fundiários fossem, via de regra, bastante imprecisos e as relações de propriedade da terra passassem por parâmetros diferenciados daqueles reconhecidos pela burocracia cartorial (Cf. Bunker, 1988: 108; Cardoso e Müller, 1977: 109). Em função desta situação, pode-se encontrar uma das justificativas para a criação pelo Governo Médici, em 1970, do Programa de Integração Nacional – PIN – com o objetivo de “... *financiar o plano de obras de infraestrutura nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia nacional*” (Cardoso e Müller, 1977: 124; Cf. Ianni, 1979: 33 e 34)¹⁴. Além das justificativas para a elaboração do PIN relacionadas diretamente à realidade amazônica, deve-se ter em mente que neste período a região nordeste passa por uma terrível seca, aumentando a tensão social na disputa pelas terras cultiváveis, por condições de sobrevivência e relativas à organização dos trabalhadores rurais¹⁵ e, mais uma vez, o deslocamento de enormes contingentes de trabalhadores rurais nordestinos para a Amazônia aparece como forma de adiar novamente o enfrentamento da grande concentração de terras no Nordeste. Paralelamente, o Sul e o Sudeste do país também estão permeados de conflitos pela posse da terra. Em todos os casos, os movimentos de trabalhadores rurais são tratados, sob a ótica da ideologia da segurança nacional, como ameaças à ordem interna do país (Cf. Ianni, 1979: 37 e 38). Assim, a idéia da abertura de novas fronteiras agrícolas na Amazônia aparece como uma solução mágica que poderia assegurar as condições para a modernização e ampliação do parque industrial brasileiro sem alterar a estrutura fundiária, garantindo o pacto entre a grande indústria multinacional e a grande propriedade rural, avalizado e implementado pelos governos militares (Cf. Ianni, 1979: 48; Bandeira, 1975: 54).

¹⁴ SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste; SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

¹⁵ Neste período há uma forte perseguição política a lideranças rurais nordestinas, desbaratando as expressivas ligas camponesas (Cf. Medeiros, 1989).

É, portanto, no bojo do Programa de Integração Nacional que, a partir de 1970,

... intensificou-se a execução do programa do governo federal de construir rodovias na Amazônia... Estas foram as principais, dentre muitas que passaram a cortar e recortar a geografia da região amazônica: Transamazônia, com cerca de 2.300 quilômetros de extensão, Perimetral Norte, com aproximadamente 2.450 quilômetros; Cuiabá-Santarém, com cerca de 1.320, Manaus-Fronteira da Venezuela, com 800; e mais uma dezena de outras de razoável extensão (Ianni, 1979: 12 e 13; Cf. Cardoso e Müller, 1977: 166-178).

Foi através destas rodovias que as áreas de terra firme tornaram-se acessíveis, em primeiro lugar, aos trabalhadores de outras regiões do país, que passavam a ocupar suas margens e, posteriormente, ao grande capital. Estas grandes estradas foram planejadas a partir da compreensão de que *“Meios de transporte favoráveis são fator chave para a exploração comercial de riquezas naturais ... não se pode explorar novos potenciais econômicos onde não há infraestrutura”* (Hagemann, 1996: 35). Compreensão esta que, subordinada à intenção de *“... promover a mais rápida integração da Amazônia à economia nacional”* (Cardoso e Müller, 1977: 124), contou desde o início com o apoio técnico e financeiro de grandes instituições oficiais internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID –, sob a alcunha de Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento (Cf. Hagemann, 1996: 30, 31 e 35).

É, também, dentro da lógica do PIN que, na Amazônia, o então recém criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA¹⁶ – ficou encarregado de enfrentar a questão da imprecisão dos limites fundiários, além de desenvolver políticas de colonização nas margens das rodovias (Cf. Ianni, 1979: 38, 39; Cardoso e Müller, 1977: 139-141), que na verdade se constituíram em contra-reforma agrária, na medida que procuravam neutralizar ou disciplinar a colonização espontânea (posseiros) que vinha sendo desencadeada pelos trabalhadores (Cf. Ianni, 1979: 44, 57-59). A colonização dirigida aconteceu a partir de iniciativa pública e privada. Segundo Ianni,

¹⁶ O INCRA foi criado em 1970 a partir da fusão de agências existentes anteriormente encarregadas da questão da posse e distribuição de terras *“...com os objetivos de ‘promover e executar a reforma agrária’ e ‘promover, coordenar e executar a colonização’, além de promover o cooperativismo, associativismo e a eletrificação rural”* (Ianni, 1979: 34; Cf. Bunker, 1988: 109; Cardoso e Müller, 1977: 119)

Entre 1970 e 1973 foi o governo federal que mais se empenhou na colonização, principalmente às margens das rodovias. Apenas secundariamente era seguido pela empresa privada de colonização. A partir de setembro de 1974, no entanto, com a criação do Programa de Pólos de Desenvolvimento Agropecuário e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) é a colonização oficial que passa a um segundo plano, ao passo que a colonização particular ganha maior dinamismo (Ianni, 1979: 39).

Apesar de todos os projetos de colonização e do volume de trabalhadores que se deslocou espontaneamente ou foi levado para a Amazônia, a falência do modelo de ocupação formulado pelos militares não tardou em dar seus sinais. A falta de assistência aos assentados, instalados em regiões de difícil acesso, com terras de baixa qualidade para agricultura não-permanente e ambiente completamente diferente daqueles dos quais originavam-se levaram a expressivo abandono das terras por parte dos colonos. Além disto, as melhores porções de terras passaram a ser disputadas pelo grande capital e o confronto entre antigos e/ou novos posseiros e os grandes investidores tornou-se uma das marcas brutais dos anos seguintes à década de 1970 na Amazônia, pois

The ranching and lumbering entrepreneurs, attracted by new roads and fiscal incentives, were able to exploit the discrepancies in land-tenure institutions. In addition to the presumptive preeminence of national legal forms and titles over locally established use rights in land, these entrepreneurs had greater access to and influence over courts, police, and army detachments. They were further protected by distance from administrative centers to which local occupants might appeal against their violent expulsion (Bunker, 1988: 109).

Além dos gigantescos problemas sociais que as políticas de ocupação da Amazônia implementadas pelo regime militar provocaram, os efeitos nefastos à preservação ambiental avolumaram-se enormemente. Por um lado, *"The establishment of cattle ranches along the new roads devastated huge tracts of forest, compacted and eroded the soil, and created new microclimates – drier and hotter than previously – in the areas of most intense deforestation"* (Bunker, 1988: 91 e 92). Por outro, a concentração da terra pelas grandes empresas e conseqüente expulsão dos trabalhadores rurais para as cidades criaram núcleos urbanos inchados e responsáveis pela intensificação da degradação ambiental e da qualidade de vida.

Na primeira metade dos anos 1980, com o processo de desarticu-

lação da ditadura militar, através da abertura política; com a gradual perda de poder de intervenção do Estado brasileiro, devido ao aumento brutal de sua dívida externa; com o conseqüente enfraquecimento das agências estatais voltadas para a atuação na Amazônia; com a crítica crescente aos grandes projetos implantados; com a consolidação e fortalecimento de movimentos sociais de resistência às políticas voltadas para a região, fica cada vez mais evidente a falência do modelo de integração amazônica proposto pelos militares. No entanto, as conseqüências deste modelo não são minoradas, o grande capital continua exercendo um papel preponderante e passa a assumir um especial destaque a atuação de grandes agências financiadoras internacionais. Este quadro é resumido por Hagemann, quando afirma que

Os anos 80, no Brasil, tornaram-se, com a ajuda oficial, a década das catástrofes, quando a Comunidade Européia, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco de Crédito para Reconstrução, bem como outras instituições multilaterais e bilaterais do trabalho cooperativo para o desenvolvimento começaram a financiar com somas bilionárias grandes projetos de exploração de terra e de matéria-prima. Projetos como o da extração de minério de ferro de Carajás, o programa de exploração agrária Polonoroeste ou a represa de Balbina levaram à devastação e à desestabilização social de regiões do tamanho de países europeus (Hagemann, 1996: 31)

Novamente podemos aqui pensar todo este grande movimento de ocupação da região amazônica, desencadeado a partir das políticas implementadas pelos governos militares, como iniciativas modernizadoras que, calcadas em uma dada significação imaginária da modernidade, procuram domar, dominar e explorar a floresta amazônica, nem que para isso fosse necessário destruí-la. Estas iniciativas, sustentadas por sucessivos governos federais, agências financiadoras internacionais ou grandes empresas capitalista e implementadas por elites econômicas, em grande parte, vindas de fora, podem ser aproximadas, com alguma adaptação, do conceito de Wagner de “ofensivas modernizadoras vindas de cima”. Adaptações do conceito são necessárias pois Wagner o formulou pensando em elites europeias atuando em suas regiões de origem e transformando estas mesmas regiões. Na Amazônia, trata-se de elites externas, atuando a partir de realidades modernas já consolidadas e buscando extrair resultados sem grande preocupação

com as conseqüências locais ou, pelo menos, sem sofrer diretamente estas conseqüências. Porém, não se pode esquecer que, para atingir seus objetivos, estas mesmas elites terão de contar com a subserviência das elites existentes localmente ou formar novas elites locais condutoras do processo. Talvez possamos encontrar aqui uma das causas da formação de uma modernidade tão própria da Amazônia.

Por outro lado, se a Amazônia pode ser percebida como palco da atuação de “ofensivas modernizadoras vindas de cima”, não se pode deixar de destacar que estas ofensivas geraram reações nas populações por elas atingidas. Povos indígenas, seringueiros, quebradeiras do coco babaçu, ribeirinhos, posseiros, colonos de uma forma ou de outra são atingidos pelas políticas voltadas para a região e, em maior ou menor grau, reagem e organizam-se. Contando com apoio de igrejas, partidos, sindicatos, movimentos ambientalistas, organizações não-governamentais, profissionais liberais, intelectuais, estas populações, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1970, passam a se configurar como identidades coletivas que, a princípio, têm um comportamento de resistência às agressões aos seus interesses, mas logo tornam-se propositivas. À medida que os interesses de grande parte destas coletividades podem ser associados com os interesses da preservação ambiental e conseqüentemente de grupos ambientalistas em todo o mundo, ganham força e uma de suas principais formulações, surgida entre os seringueiros, que é a criação de reservas extrativistas, pôde tomar formato legal e ser legalmente institucionalizada a partir do início dos anos 1990 (Cf. Paula, 1991: 214-231). Contudo, para o que mais nos interessa aqui, cabe destacar o fato de que com a organização destas coletividades, novos atores políticos emergem na cena amazônica. Novamente há ressignificações de identidades e, mesmo que de forma variada, não homogênea, realidades sociais vão reconfigurando-se, quebrando a lógica do modelo implantado a partir de cima.

Pode-se aqui, outra vez, fazer uma aproximação com a teoria de Wagner e pensar as iniciativas destas coletividades como “ofensivas modernizadoras vindas de baixo”, desde que se considere também as diferenças com relação às realidades que serviram de referência para formulação do conceito. Como grande parte destes grupos encontram na preservação da floresta ou na melhoria de vida no campo os principais motivos para sua articulação, a princípio poder-se-ia pensar como pouco modernizadoras as iniciativas por eles desencadeadas. No entanto,

deve-se retomar aqui a necessidade de repensar o conceito de modernidade, evitando sua perspectiva ocidentocêntrica (Cf. Domingues, 1993: 289). Numa época em que grandes desastres ambientais colocam sob ameaça a existência de sociedades inteiras, se não a do planeta, a concepção de modernidade caracterizada por urbanização cada vez mais crescente, por um modelo devastador de industrialização, por padrões de consumo típicos dos países ocidentais, está colocada em cheque. Novas balizas para definir o projeto moderno são inevitáveis.

Hoje, a Amazônia passa por um novo momento, no qual as consequências sociais, políticas, econômicas e, principalmente, ambientais dos ciclos anteriores tornam-se inequívocas e a discussão internacional sobre a importância da Floresta Amazônica para manutenção do equilíbrio ambiental do planeta ocupa os noticiários cotidianos. Em escala cada vez maior, o devassamento da floresta foi tornando-se devastação. A partir do final dos anos 1960, os efeitos da degradação ambiental ganham visibilidade mundial e a importância da manutenção do que ainda sobrava das florestas no planeta passa a ser advogada por um número cada vez maior de cientistas, pesquisadores, grupos e organizações. Assim, de forma gradual e crescente, a Amazônia passa a ocupar o centro de inúmeras atenções. Paralelamente, o mito que sempre acompanhou a região de que a mesma comporta riquezas infinitas desperta cada vez mais interesses vinculados à mineração, exploração madeireira, agropecuária ou farmacopéia. Retomando a periodização de Cardoso e Müller, pode-se pensar em um ciclo atual de devassamento ou então em um novo desdobramento da onda de invocações ideológicas proposta por Mendes e Sachs, que não pode mais ser caracterizado simplesmente por uma política intensiva para região, elaborada e implantada pelo Governo Federal em aliança com o grande capital, mas que vem se configurando também como resultado de distintas políticas estaduais e municipais, da atuação de um grande número de Organizações Não-Governamentais, de organizações de trabalhadores e/ou de projetos financiados por agências multilaterais de desenvolvimento, dentre os quais destaca-se o Programa Piloto de Preservação das Florestas Tropicais (PP-G7) implementado com recursos do Banco Mundial (Cf. Hagemann, 1996: 10). É também um momento onde a discussão quanto às possibilidades de aprofundamento ou não do devassamento amazônico estão na ordem dia, bem como, de que modelo ou modelos podem ser adotados ou

formulados neste devassamento.

Diante das novas ameaças representadas pela ampliação ou definitiva implantação de antigos projetos rodoviários, através do Programa “Avança Brasil” do Governo Federal (Nepstad, 2000); da chegada das grandes madeiras asiáticas, implantando novas e modernas tecnologias no abate de árvores e reproduzindo velhas formas de degradação ambiental e humana; das já conhecidas queimadas em função da agricultura ou pecuária; temas como desenvolvimento econômico, preservação ambiental, qualidade de vida, segundo a abordagem feita reaparecem como conceitos conflitantes ou complementares e apresentam-se como desafios contemporâneos, marcando uma fase na qual as possibilidades de construção ou reconstrução da modernidade amazônica vão configurando-se no confronto de forças sociais e interesses os mais amplos e variados.

Bibliografia

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. A servidão de Tom Cruise: metamorfoses do trabalho compulsório. In: *Mais!*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 13/08/2000. pp. 04-07.
- BANDEIRA, Moniz. *Cartéis e desnacionalização* (A experiência brasileira: 1964-1974). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e holocausto*. Trad. M. PENCHEL. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. F. Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- BUNKER, Stephen G. *Underdeveloping the Amazon; Extraction, Unequal Exchange, and the Failure of the Modern State*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1988.
- CARDOSO, Fernando Henrique e MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 2ª ed. Trad. G. REYNAUD. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- DOMINGUES, José Maurício. “A sociologia da modernidade”. In: *Revista Brasileira de Ciência Sociais*. nº 32, out. 1996. pp. 179-181.
- _____. “Globalização, sociologia e cultura”. In: *Contexto Internacional*. vol. 15, nº 2, jul/dez 1993. pp. 279-294.
- _____. *Sociologia e modernidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- EISENSTADT, Shmuel. N. (org.) *Patterns of Modernity*. Londres: Frances Pinter,

1987. Vol. II - Beyond the West.

ESTERCI, Neide. *Escravos da desigualdade*: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: CEDI: Koinonia, 1994.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. *Do "manso" ao guardião da floresta*. Estudo do processo de transformação social do sistema seringal, a partir do caso da Reserva Extrativista Chico Mendes. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1999. Tese de Doutorado.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. O trabalho escravo, a exclusão do direito. In: *O social em questão*. PUC-Rio. Vol. 2, n° 2: 1997.

HEGEMANN, Helmut. *Bancos, incendiários e florestas tropicais*: o papel da cooperação para o desenvolvimento na destruição das florestas tropicais brasileiras. Rio de Janeiro: FASE, IBASE e ISA, 1996.

<http://www.consivan.org/sivambr/amazonia/>

Ianni, Octávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

ISA – Instituto Socioambiental. *Amazônia brasileira 2000*. São Paulo: ISA, 1999.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. In: *Tempo social; Revista de Sociologia da USP*, S. Paulo, 6 (12): 1-25, 1994.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDES, Armando D. & SACHS, Ignacy. A inserção da Amazônia no Mundo. In: CASTRO, E. e PINTON, F. *Faces do trópico úmido*: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

NEPSTAD, Daniel et al. *Avança Brasil*: os custos ambientais para a Amazônia. Belém: Alves, 2000.

PAULA, Elder A. *Seringueiros e Sindicatos*: um povo da floresta em busca da liberdade. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1991. Dissert. de Mest.

REVKIN, Andrew. *Tempo de queimada – tempo de morte*: o assassinato de Chico Mendes e a luta em prol da Floresta Amazônica. Trad. W. F. R. de CARVALHO. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

SMITH, Anthony. *Os conquistadores do Amazonas*: quatro séculos de exploração e aventura no maior rio do mundo. Trad. M. T. M. CAVALLARI. São Paulo: Best Seller, 1990.

SOUZA, Márcio. *Breve história da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

TOCANTINS, Leandro. *Amazônia*: natureza, homem e tempo: uma planificação ecológica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

WAGNER, Peter. *A sociology of modernity*: liberty and discipline. Londres: Routledge, 1994.

